

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

IX Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz do Trabalho Substituto

2ª FASE

RESPONDA AS QUESTÕES DE FORMA JUSTIFICADA, DEMONSTRANDO OBJETIVIDADE, CLAREZA E PODER DE SÍNTESE.

1) 1.1. Em que consiste a discriminação no Direito do Trabalho? 1.2. Indique os preceitos específicos do Direito do Trabalho previstos na Constituição Federal sobre a discriminação. 1.3. Discorra sobre a prática discriminatória para efeitos de acesso, manutenção e término da relação de emprego.

2) 2.1. Quais são os principais direitos, deveres e obrigações do empregado e empregador? 2.2. Defina o poder diretivo, regulamentar e fiscalizatório do empregador. 2.3. O empregador estabeleceu, por intermédio de regulamento interno, vantagem pecuniária para os empregados que completassem cinco anos de serviço. Sobrevindo a supressão desta norma, o empregado contratado sob sua égide ainda terá o direito de ser por ela beneficiado?

3) 3.1. Indique e explique quais são os títulos que legitimam a execução trabalhista 3.2. Quais são os requisitos que autorizam a execução provisória no processo trabalhista?

4) 4.1. Discorra sobre a exceção de pré-executividade e sua aplicação no processo de trabalho. 4.2. Indique a natureza jurídica das possíveis decisões.

5) Após homologação judicial de acordo em ação trabalhista, que fixou o pagamento das verbas no prazo de 90 dias, o empregador, com o consentimento expresso e escrito do trabalhador, transfere sua dívida extrajudicialmente para outra pessoa, com base no instituto da assunção de dívidas, regulado pelo art. 299 do Código Civil. Caso esta dívida não seja satisfeita no seu vencimento, poderá o trabalhador promover a execução em face do empregador ou somente poderá executar o terceiro que assumiu a dívida?

6) Considerando um prazo prescricional em curso e o posterior advento do Código Civil de 2002, qual prazo prevalecerá: o previsto no Código Civil de 1916 ou o previsto no novo Código Civil?

7) Estabeleça a relação entre a finalidade do recurso de Embargos de Declaração e o princípio do devido processo legal.

8) Como se soluciona conflitos entre princípios constitucionais?

9) 9.1. Há direito adquirido, pelo servidor público estatutário, aos direitos e obrigações constantes do regime jurídico vigente por ocasião do ingresso no cargo? 9.2. Comente a forma de acesso a cargos e empregos públicos e a possibilidade de suas acumulações.

10) 10.1 Discorra sobre o regime jurídico dos bens públicos. 10.2. Com base neste, pergunta-se: a incorporação, pelo Estado, mediante lei específica, de uma pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio penhorado em processo trabalhista, causará a extinção da penhora anteriormente realizada, remetendo a execução para os termos do art. 100 da Constituição Federal?